



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

No dia 17 de junho, o deputado abaixo-assinado enviou à Câmara Municipal de Setúbal um requerimento sobre “Escórias de alumínio da Metalimex”, sem que, até à data, tivesse chegado ao Grupo Parlamentar do CDS-PP qualquer resposta.

De acordo com o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, terminou já o prazo de 30 dias fixado como limite para resposta.

O deputado abaixo-assinado vem, deste modo, submeter novamente as perguntas então formuladas, assim como os respetivos considerandos, aguardando resposta no prazo fixado pela lei:

No dia 15 de junho a ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, através do comunicado «Afinal, escórias de alumínio da Metalimex ficaram em Portugal», alertou para a existência, em Setúbal de milhares de toneladas de resíduos perigosos que, supostamente, teriam sido enviados para a Alemanha há 22 anos.

No texto refere-se que «a ZERO identificou junto ao Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal, a 600 metros das antigas instalações da empresa Metalimex, a existência de um depósito ilegal de milhares de toneladas de resíduos (cerca de 30 mil toneladas) que, pelas suas características, tudo indica tratar-se de uma parte substancial das escórias de alumínio, resíduos perigosos que foram importados da Suíça e que supostamente tinham sido enviados para a Alemanha em 1998.

Para verificar se essa suspeita tinha fundamento, a ZERO recolheu amostras para análise. O resultado indica tratar-se de resíduos perigosos com uma grande composição em alumínio e outros metais, tendo sido classificados com o código 01 03 07 da Lista Europeia de Resíduos,

correspondente a “Outros resíduos contendo substâncias perigosas, resultantes da transformação física e química de minérios metálicos”.

Ou seja, confirma-se que se trata de resíduos do mesmo tipo das escórias de alumínio que a empresa Metalimex tinha importado no final dos anos 80 do século passado e que, por não ter condições para os tratar, foi obrigada a devolver para os países de origem, num processo que foi sempre visto como uma referência, em termos nacionais e internacionais, de uma boa solução para um problema ambiental e que custou vários milhões de euros ao Estado Português.»

Na altura, em 1995, os Governos da Suíça e de Portugal acordaram na reexportação e tratamento das escórias, sendo o destino final das mesmas a Alemanha. Os custos da operação de exportação terão orçado em 9M€, suportados pelos dois Governos, e o processo foi auditado pela empresa de consultoria Bureau Veritas.

A ZERO considera «surpreendente a existência deste depósito», afirmando mesmo que «estamos perante um caso que constitui um atestado de total incapacidade das autoridades ambientais portuguesas que, ao longo de mais de 20 anos, desconhecera a sua existência.»

De acordo com uma reportagem publicada no mesmo dia pelo jornal Público, na sua edição online, e reproduzida na edição impressa de dia 16, «a pirâmide de material agora descoberta encontra-se num local ermo, perto do Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal e a cerca de um quilómetro das instalações da antiga empresa. O sítio fica afastado de estradas e caminhos, no meio de vegetação, o que permitiu ocultar o depósito durante mais de duas décadas.

O PÚBLICO esteve no local e constatou que, além de tratar-se de um terreno arenoso, existem linhas de água próximas do depósito das escórias. Uma das ribeiras é de fácil visibilidade e, segundo a Zero, há ainda uma segunda que corre por aquela zona nas épocas de chuva.»

Há no entanto, também, algumas dúvidas relativas ao desencontro do número de toneladas importadas e exportadas, questões essas que a ZERO levanta no seu comunicado e que o jornal Público desenvolve:

«Os números não batem certo e logo duas vezes. Primeiro porque havia pelo menos 42 mil toneladas de escórias em Portugal quando a Metalimex apenas declarou a importação de 30 mil toneladas. Mas também não faz sentido que tenham sido reexportadas 42 mil toneladas e continuem a haver escórias em Portugal. [...] ou “a empresa importou mais de 42 mil toneladas, ou não foram reexportadas todas as 42 mil toneladas, ou ambas as coisas”.»

Recorde-se que de acordo com o que na altura foi divulgado publicamente, a Metalimex armazenava 30 mil toneladas no seu terreno no Vale da Rosa, mas o acordo entre os governos suíço e português refere a quantidade de 32 mil toneladas. Posteriormente, em 1998 soube-se que afinal eram 42 mil as toneladas de escórias para reexportar. No entanto, «pelos cálculos que fez, tendo em conta o volume do depósito encontrado e a densidade do produto, a Zero assegura que estão ainda depositadas no Vale da Rosa mais de 30 mil toneladas de escórias.»

No comunicado a ZERO revela também que «enviou para análise amostras dos resíduos em causa que estavam sob a forma de pó e de blocos resultantes de crivagens realizadas na altura da exportação.

As análises revelaram que esses dois tipos de amostras continham elevados teores de óxidos de alumínio, magnésio, enxofre, potássio e cálcio que lhes conferem características de perigosidade.

Face aos resultados analíticos obtidos, pode concluir-se que o resíduo é perigoso, uma vez que é irritante, carcinogénico, corrosivo, ecotóxico, tóxico para os órgãos e tem toxicidade aguda.»

A existência deste depósito a céu aberto durante duas décadas pode configurar um problema ambiental ainda mais grave, com eventuais consequências ao nível da poluição do solo e de águas superficiais e subterrâneas, que poderão ser, agora, difíceis de avaliar.

A ZERO dá conta de que já fez chegar o resultado das análises ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vem por este meio requerer à Câmara Municipal de Setúbal, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, a seguinte informação:

1- Tem a Câmara Municipal de Setúbal (CMS) conhecimento, e pode confirmar, a descoberta da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável de um depósito ilegal de cerca de 30 mil toneladas de resíduos eventualmente perigosos a cerca de 600 metros das antigas instalações da empresa Metalimex?

2- A CMS já tinha conhecimento da existência destes resíduos eventualmente perigosos a cerca de 600 metros das antigas instalações da empresa Metalimex? Desde quando?

3- Está a CMS em condições de confirmar se se trata de resíduos de escórias de alumínio, em tudo semelhantes aos provenientes da empresa Metalimex?

4- Desde o momento que teve conhecimento, que iniciativas foram tomadas pela CMS junto do Ministério da Saúde para que fossem iniciadas os necessários protocolos com vista à proteção da saúde pública?

5- Estão já a ser tomadas todas as medidas necessárias à realização de uma avaliação profunda que permita aferir a eventual contaminação do solo e de águas subterrâneas na zona onde se situa o depósito ilegal há pelo menos duas décadas?

6- Desde o momento que tomou conhecimento a existência deste depósito ilegal de resíduos, quais foram as medidas tomadas pela CMS no sentido de:

a) Apurar responsabilidades?

b) Procurar uma solução para retirar os resíduos do local onde se encontram?

c) Encontrar um destino adequado para os referidos resíduos, alegadamente perigosos?

7- A CMS já contactou o Ministério do Ambiente e Ação Climática, procurando concertar a tomada de ações para resolução deste problema que poderá ser de consequências graves tanto para o ambiente como para a população?

8- Por que motivo não foram descontaminados os solos em causa aquando das construções quer do Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal quer da urbanização que se situa nas imediações?

Palácio de São Bento, 24 de agosto de 2020

Deputado(a)s

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)